

Artigos

Epistemicídio e necropolíticas trans: considerações decoloniais sobre cenas cinematográficas latino-americanas

Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán

PPGICH / UFSC

Geni Núñez

PPGICH / UFSC

Mara Coelho de Souza Lago

PPGICH / UFSC

Epistemicídio e necropolíticas trans: considerações decoloniais sobre cenas cinematográficas latino-americanas

Resumo

Este artigo é inspirado na análise de filmes do cinema LGBT que nos falam de vidas de pessoas marginalizadas por suas identidades dissidentes da cisgeneridade e heterossexualidade compulsórias. Destaca alguns temas trazidos pelas teorias decoloniais, como epistemicídio e necropolítica. Tais teorias, que se desenvolveram no estudo dos regimes que atribuem a determinados corpos a condição de inumanos, tornando-os vulneráveis ao apagamento e ao genocídio, denunciam a perpetuação da eliminação dos corpos que se constituem como descartáveis nas sociedades contemporâneas. Reconhecemos que as sociedades latino-americanas, nas quais focamos nossa discussão, são herdeiras das relações coloniais instituidoras da hierarquização de diferenças por motivos de raça, gênero, sexualidade. Estes regimes de diferenciação estabelecem quais corpos importam e quais corpos se tornam matáveis: tais como os das personagens trans Manuela e Bauer dos filmes desencadeadores desta análise.

Palavras-chave: filmografia lgbt; epistemicídio; corpos trans; necropolítica.

Epistemicio y necropolíticas trans: consideraciones decoloniales sobre escenas cinematográficas latinoamericanas

Resumen

Este artículo se inspira en el análisis de filmes LGBT que tratan de las vidas de personas marginalizadas por sus identidades disidentes de la cisgeneridad y heterosexualidad obligatorias. Destaca algunos temas abordados por las teorías decoloniales tales como el epistemicio y la necropolítica. Tales teorías, que se desarrollaron en el contexto de los estudios de los regímenes que atribuyen a determinados cuerpos la condición de inhumanos, tornándolos vulnerables al borramiento y al genocidio, denuncian la perpetuación de la eliminación de cuerpos que se constituyen como descartables en las sociedades contemporáneas. Reconocemos que las sociedades latinoamericanas, en las cuales centramos nuestra discusión, son herederas de relaciones coloniales instituyentes de la jerarquización de diferencias por motivos de raza, género, sexualidad. Estos regímenes de diferenciación establecen cuáles cuerpos importan y cuáles se tornan posibles de ser matados: tales como Manuela y Bauer, personajes de los filmes que desencadenan estos análisis.

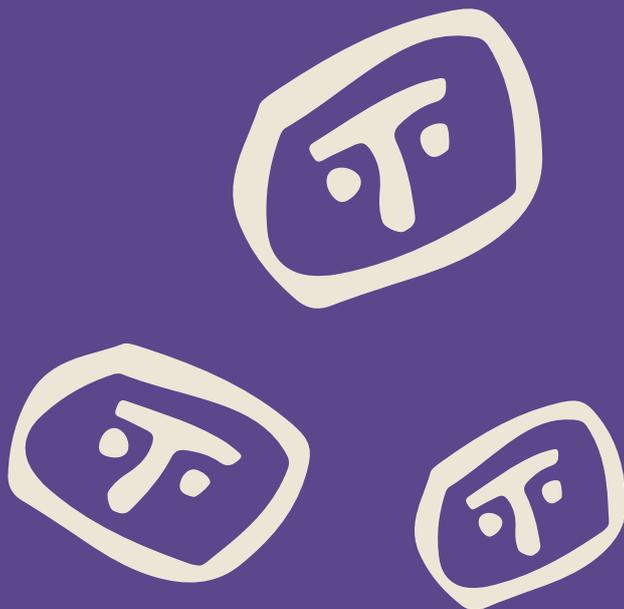
Palabras clave: *filmografía lgbt; epistemicio; cuerpos trans; necropolítica.*

Trans epistemicide and necropolitics: decolonial considerations on latin american cinematic scenes

Abstract

This article is inspired by the analysis of films from LGBT cinema that tell us about the lives of people marginalized for their dissident identities from compulsory cisgenerity and heterosexuality. It highlights some themes brought up by decolonial theories, such as epistemicide and necropolitics. Such theories, which developed in the study of regimes that attribute to certain bodies the condition of inhuman, making them vulnerable to erasure and genocide, denounce the perpetuation of the elimination of bodies that constitute themselves as disposable in contemporary societies. We recognize that Latin American societies, on which we focus our discussion, are heirs to colonial relations that instituted the hierarchization of differences based on race, gender, and sexuality. These regimes of differentiation establish which bodies matter and which bodies become killable: such as those of the trans characters Manuela and Bauer in the films triggering this analysis.

Keywords: *lgbt filmography; epistemicide; trans bodies; necropolitics.*







Introdução: apresentando os filmes

Este artigo e as discussões que nele propomos¹, tomam como ponto de partida dois filmes latino-americanos produzidos durante as últimas décadas do século XX, nomeadamente: “*El lugar sin límites*” (1978) do diretor Arturo Ripstein, e *Vera* (1987) do diretor Sergio Toledo, por considerarmos que constituem discursos pioneiros acerca das dissidências sexuais e de gênero em sociedades homo/lesbo/transfóbicas latino-americanas (INGENSCHAY, 2011).

El lugar sin límites é um filme produzido no México em 1977, dirigido pelo cineasta Arturo Ripstein, baseado em novela do escritor chileno José Donoso publicada em 1966. Teve como roteiristas Arturo Ripstein, José Donoso, Manuel Puig e José Emílio Pacheco. Foi escolhido para representar o México na premiação do Oscar em 1979 e recebeu da Academia Mexicana de Artes e Ciências Cinematográficas os prêmios Ariel de melhor filme, de melhor ator para Roberto Cobo e melhor ator coadjuvante para Gonzalo Vega.

O filme *Vera* é um drama biográfico dirigido e escrito pelo cineasta brasileiro Sérgio Toledo em 1986, baseado na autobiografia de Anderson Herzer (1982), *A Queda para o Alto*. Anderson foi um jovem escritor trans que esteve internado na Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM) durante parte da adolescência, sem nunca ter delinquido. Tendo saído desta instituição conseguiu apoio para publicar seu livro a cujo lançamento não conseguiu assistir, tendo-se suicidado aos 20 anos de idade. O filme foi estrelado por Ana Beatriz Nogueira, cujo desempenho obteve o prêmio Candango de melhor atriz no Festival de Cinema de Brasília em 1986, e o Urso de Prata do Festival Internacional de Cinema de Berlim, em 1987. Obteve também o prêmio de trilha sonora (Arrigo Barnabé, Roberto Ferraz e Tércio da Motta).

As provocações que ambos os filmes nos trazem, levam-nos a refletir acerca das interlocuções possíveis de serem estabelecidas entre os conceitos de heterossexualidade compulsória e existência lésbica desenvolvidos por Adrienne Rich (2010)², como disparadores que nos permitem ampliar esta discussão que, a nosso ver, envolve os temas do epistemicídio (SANTOS, 2004) e da necropolítica (MBEMBE, 2018), por se tratar de formas de extermínio de corpos que não ganham o estatuto de humanos. A desumanização destas existências se constata tanto na patologização e estigmatização a que são submetidas, quanto nos rituais que são realizados na eliminação material dessas vidas.

Este texto visa analisar criticamente esses filmes em relação ao modo como a ordem hegemônica de gênero retira a condição de humanidade a travestis e pessoas trans e ao fazê-lo induz diversos processos de extermínio desses corpos. Para desenvolver essa análise mobilizamos dispositivos teóricos dos estudos feministas e decoloniais. Na primeira seção do texto apresentamos as escolhas teóricas que guiam nossa análise. Na sequência articulamos essas chaves teóricas para desenvolver uma leitura crítica de algumas passagens dos filmes, dando destaque ao epistemicídio e à necropolítica. Nas considerações finais destacamos tanto a potência quanto os limites destas ferramentas teóricas no cenário de luta política contra as opressões de gênero que atingem pessoas trans e travestis.

1 Estas discussões começaram a ser gestadas no contexto da disciplina *Gênero e heteronormatividade em cinco filmes latino-americanos, ministrada pela Profa. Dra. Lourdes Martínez Echázabal*, no Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2018.

2 Enfatizamos que, na época em que os filmes foram produzidos, predominavam ainda no campo das sexualidades, os estudos de homossexualidade masculina e, impactando os estudos feministas, as teorizações de mulheres lésbicas.

Coordenadas conceptuais

Para desenvolver as discussões, apelamos a uma ideia de hifenização de saberes (OLIVEIRA, 2010) enquanto ferramenta que nos permite estabelecer um diálogo entre vários conceitos – cisheterossexualidade compulsória, epistemicídio e necropolíticas trans. Saberes hifenizados tratam-se de “espaços conceptualmente intersticiais marcados pela liminaridade e pela recusa da ereção de fronteiras estanques entre os saberes [...] essa organização dos saberes não é hierárquica e poderíamos pensá-la como rizomática” (OLIVEIRA, 2010, p. 27). A intersecção dos saberes que advêm dos campos teóricos e políticos aos quais esses conceitos correspondem nos auxiliam na análise de realidades complexas como as que aqui pontuamos, realidades estas que não podem mais ser compreendidas por campos disciplinares “puros”.

As perguntas que guiam a nossa análise são: *Como vivem e como morrem os corpos trans em filmes, mídias hegemônicas? O que isso nos aponta?* Começando pelas contribuições de Adrienne Rich (2010), concordamos com a autora que o apagamento das existências dissidentes em determinados registros tais como a literatura, o cinema e outros, revela o modo como a heterossexualidade compulsória se constitui em um regime político. Tal regime aciona discursos e práticas que procuram controlar as dissidências de gênero das mais diversas formas e impor a heterossexualidade como a única forma legítima de existência.

O apagamento que Rich (2010) nomeia se refere às lésbicas, mas poderíamos estendê-lo para pensar a produção de silêncios e invisibilidades de outras existências que desafiam as normas de gênero. Esta proposta conceitual inserida dentro do quadro de reflexões do feminismo lésbico no qual Rich é localizada, parece-nos que pode habitar outros conceitos e debates, tendo em conta esta ideia de hifenização de saberes (OLIVEIRA, 2010).

Embora reconheçamos a importância desta contribuição, nossa proposta é ir além dela. Em nossa perspectiva, há outras importantes questões a serem consideradas e que vão além da mera “negação dos saberes”, para pensarmos a complexidade que envolve os processos de invisibilização e extermínio simbólico e material de determinadas existências. Neste sentido, apostamos que as provocações trazidas na teorização de Rich podem-se alargar a partir dos debates desenvolvidos no seio dos estudos decoloniais, permitindo assim aprofundar a compreensão das lógicas envolvidas na destruição de saberes e experiências, que são também formas de destruição de existências.

Os estudos decoloniais têm trazido importantes discussões para dar conta destes processos de destruição simultânea de saberes e pessoas, que atingem seletivamente a alguns sujeitos, a saber, no Sul Global, mulheres, povos indígenas, entre outros. Assim, o porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2013) tem expressado que “el conocimiento producido por mujeres también es inferiorizado y marginado” (p. 35). Poderia pensar-se que tanto a crítica a uma matriz de pensamento ocidental por parte das análises decoloniais, quanto a denúncia do pensamento heterossexual (WITTIG, 1992) por parte do feminismo lésbico, apontam o modo como se produz uma ausência e apagamento de sujeitos que não existem nestes regimes dominantes.

Por outro lado, diante da necessidade de refletir acerca das estratégias de eliminação das populações LGBT, o fato delas acontecerem sem produzir comoção, lançamos mão do conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018). De acordo com o autor, a necropolítica nos permite olhar para o *status* que é dado à vida, à morte e ao corpo humano, em particular àquele corpo que se torna suscetível de ser massacrado ou ferido. Estas reflexões auxiliam na compreensão das mortes trans e de algumas das singularidades que as circundam. Nelas, opera-se por meio da produção ficcional de um inimigo que ameaça a existência de alguém e, consequentemen-

te, autoriza o seu extermínio. Tanto a raça quanto o gênero ocupam um papel central na produção desse Outro como um não ser (CARNEIRO, 2005); um não sujeito (KILOMBA, 2019), um ser abjeto (BUTLER, 2019).

Qual é então o papel da filmografia LGBT na contestação dos regimes de poder que autorizam a morte de pessoas dissidentes de gênero? Se recorremos às discussões de Teresa de Lauretis (1987) acerca do cinema como uma tecnologia de gênero, concluímos que tais tecnologias podem acabar reforçando determinadas representações, assim como podem subvertê-las. Entendemos, portanto, que os debates inspirados pelo cinema fazem parte de um compromisso ético-político enquanto feministas, ativistas e pesquisadoras destas questões. Para tal, a partir dos filmes escolhidos, analisaremos alguns dos mecanismos sistemáticos de eliminação de populações dissidentes de gênero. Acreditamos que tanto o epistemicídio quanto as necropolíticas que atuam sobre esses corpos compartilham das mesmas racionalidades. Como reflete Achille Mbembe (2018, p.6) “sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei?”

A descrição dos filmes

O filme de Ripstein, que se passa numa cidade do interior em decadência, por ter perdido importância econômica na região, apresenta uma quebra de tempo. Na continuidade da sequência inicial apresenta as imagens da personagem Manuela e sua filha Japonesa, acordando assustadas no meio da noite com os barulhos de motor e buzinas em frente ao bordel de que são proprietárias. A travesti Manuela sabe que se trata de Pancho Vega, que já a espancava violentamente no passado. O filme se desenrola com cenas de Pancho e seu cunhado em interação com Don Alejo, o político importante do local, de quem Pancho é devedor e que é dono da maioria das propriedades da cidade, as quais pretende comercializar com empresas de fora. A casa de Manuela e sua filha precisa também ser vendida para a viabilização do negócio.

Na quebra de tempo temos, no passado, a chegada de Manuela à *Estación El Olivo*, compondo um grupo de moças que trabalham como profissionais do sexo e artistas, para atuarem na casa de Japonesa, com quem Manuela se envolve numa relação de amizade que se transforma em sociedade quando se tornam proprietárias do imóvel, numa aposta estranha com Don Alejo. Anos mais tarde, com a morte de Japonesa, sua filha com Manuela se torna herdeira da casa. Na sequência das cenas temos a festa em que duas das moças recém-chegadas cantam e Manuela se apresenta como uma sensual dançarina de flamenco, com o crescente envolvimento dos fregueses homens na dança, em um clima de celebração e tensão misógina crescente, a qual culmina com cenas de violência contida que se espraia para fora do prostíbulo, terminando com Manuela sendo jogada em um lago e despida de sua provocante vestimenta de dançarina. Na cena seguinte ouve-se a fala de Manuela quando se recolhe a seu quarto para evitar novas agressões enquanto a festa continua: “...estoy acostumbrada”.

Voltando ao primeiro tempo, temos as sequências que nos mostram o envolvimento passionais de Japonesinha e Manuela com o personagem Pancho, os desentendimentos entre ambas sobre a venda da propriedade que só Manuela deseja efetuar para ir embora da cidade, e o receio da volta de Pancho em sua perseguição obsessiva à Manuela. Acompanhado do cunhado, Pancho retorna e força a entrada no bordel onde é recebido por japonesinha enquanto Manuela se esconde, presenciando as cenas de envolvimento da filha com o invasor em dança carregada de sensualidade que se vai transmutando em violência crescente. O que leva Manuela a entrar em cena com representação artística de declamação e dança que envolve Pancho,

o qual a acompanha na dança e corresponde a seu beijo que, testemunhado pelo cunhado, resulta na selvagem perseguição de Manuela feita por ambos pelas ruas desertas do lugar com o caminhão. Desesperada e encurralada, Manuela é morta em espancamento cruel de Pancho com o auxílio do cunhado, os quais, vendo-a morta, fogem da cidade. Don Alejo e seu criado, alertados pelos gritos de socorro de Manuela e o barulho do veículo, testemunham desapercibidos o espancamento de Manuela, sem intervir. É a morte de uma travesti.

Vera, protagonista do drama biográfico dirigido e escrito pelo cineasta brasileiro Sérgio Toledo, é colocada na FEBEM aos 14 anos, onde convive com a divisão maniqueísta fortemente marcada entre feminino e masculino, com masculinidades assumidas por algumas internas que se impõem às outras em relacionamentos de dominação e proteção. Comportamento possessivo e agressivo que Vera/Bauer acaba por assumir em seus relacionamentos amorosos com mulheres, em contraste com a sensibilidade que se desvela nas poesias que escreve e na identificação com os sofrimentos e vulnerabilidades dos outros, manifestos em suas ações de cuidados.

Aos 18 anos, saindo da instituição, Bauer tem a proteção de um professor que lhe providencia hospedagem em pensão e um emprego na instituição onde trabalha, buscando propiciar-lhe oportunidades de desenvolver seu desejo de escrever. Bauer não consegue se manter no emprego, onde teria que se apresentar como mulher, com vestimentas adequadas ao corpo que estranha, que não combina com o que sente ser.

Tanto na FEBEM, instituição total (GOFFMAN, 1974), panóptica (FOUCAULT, 1977), quanto no local de trabalho, uma instituição de pesquisa, com biblioteca, exposições de arte, onde as pessoas exigem que Bauer se coloque no armário (SEDEGWICK, 2007) em que se invisibilizam as dissidências da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010) e também, com muita intensidade, as dissidências trans da cisgeneridade dominante, categoria trazida posteriormente pelos estudos transfeministas (VERGUEIRO, 2018), na qual o trans Bauer se encaixa pela identidade masculina em que se reconhece e reivindica como a sua. Assim, Bauer perde o emprego na insistência em se vestir, posicionar e ser reconhecido como homem.

Sem emprego para se manter, sem conseguir manter o relacionamento amoroso que construíra com uma colega por suas posições machistas de posse e suas dificuldades com o próprio corpo cujos caracteres femininos rejeita intensamente, Bauer faz um apelo desesperado com ação de automutilação. A sequência final do filme traz Bauer transitando por espaços moventes labirínticos e escuros com sua voz dominando a cena:

“Sempre temi olhar para dentro de mim e não encontrar senão o silêncio... Mas agora eu sei que, apesar de tudo, não há outro caminho possível...”.

Necropolíticas em cenas cinematográficas

Para elaborar sua concepção de necropolítica, Mbembe (2018) esclarece ter-se fundamentado nas teorizações de Michel Foucault (1999) sobre biopoder e de Giorgio Agamben (2004) sobre estado de exceção. Foucault elabora o conceito de biopoder analisando as formas históricas do poder relacionado à vida e à morte: o poder soberano e o poder disciplinar. O poder soberano, absolutista, com a capacidade de tirar a vida e, conseqüentemente, de deixar viver; e o poder de controle sobre as populações baseado nos saberes disciplinares, biopoder, o poder de controle da vida, de fazer viver e deixar morrer. Formas de exercício do poder que convivem nas sociedades contemporâneas.

Os temas da vida e da morte trazem as questões da guerra e da política, está concebida, muitas vezes, como a guerra continuada por outros meios. Agamben analisa o estado de exceção, que se situa no “limite entre a política e o direito” (2004, p. 11), afirmando a dificuldade de defini-lo, por sua “estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a violência” (2004, p. 12). Um estado de suspensão das leis jurídicas constitucionais, que promove o desequilíbrio dos poderes em favor de um poder executivo soberano. As análises destes autores se detêm com mais vagar nas guerras mundiais, especialmente a segunda guerra do século passado, com a sua produção do inimigo racial na figura do judeu que deveria ser eliminado. De acordo com Foucault, para exercer “a função da morte num sistema político centrado no biopoder” (1999, p. 304) foi necessário o racismo, as raças hierarquizadoras das populações em subgrupos desiguais.

A importância dessas teorizações diz respeito ao fato de suas contribuições traçarem genealogias do funcionamento de poderes e concepções que persistem nas sociedades ocidentais modernas, na imbricação de poder soberano e biopoder onde o estado de exceção se atualiza, irrompendo para além de seus limites, como uma estrutura estabelecida. “O estado de exceção moderno é [...] uma tentativa de incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indiferenciação em que fato e direito coincidem” (AGAMBEN, 2004, p. 42). Os direitos humanos são suspensos e a justiça é precarizada.

Mbembe (2018) parte destas análises para pensar a necropolítica, no genocídio das populações negras escravizadas nas guerras e invasões coloniais, refletindo também sobre a obra de Frantz Fanon (2008), este (destacado importante) precursor dos estudos pós e decoloniais. Os autores e autoras que pensam a colonização analisam as invasões coloniais e sua produção dos colonizados como os outros racializados, que tiveram contestado o próprio estatuto de humanidade, despidos de saberes, modos de vida, autonomia, reduzidos que foram a corpos produtivos e substituíveis, descartáveis, corpos matáveis. Povos sujeitos aos genocídios e epistemicídios que compuseram as diásporas populacionais no cruzamento das fronteiras ocidentais, como escravos inicialmente, depois como migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida, face à espoliação capitalista de seus *habitats* tradicionais. Contingentes de pessoas sujeitadas a epistemologias e diferenciações subalternizadoras também no interior de seus próprios países, submetidos às economias e políticas ocidentais.

Uma crítica importante a todo o processo de colonização é feita, dentre muitos autores e autoras decoloniais, por Oyèronké Oyewùmí (2017), na obra em que analisa os discursos ocidentais de gênero em uma perspectiva africana lorubá, criticando as oposições maniqueístas das classificações próprias das culturas ocidentais baseadas na materialidade dos corpos, que a autora denuncia como definidas por uma bio-lógica estranha as sociedades cujos costumes instituíam distinções sem diferenças. Classificações ocidentais constituidoras de diferenças hierarquizadas que valorizam certos corpos (masculinos, brancos, héteros) em detrimento de outros. No contato colonial, pela educação, pela evangelização, pelo sistema econômico que transforma em mercadoria seus bens de uso comum, como a terra, o colonizado vai sendo subjetivado na desvalorização dos costumes nativos, em processo já bem detalhado por Fanon (2008).

As teorias decoloniais trazem questões que se atualizam em países com passados coloniais com prolongadas vivências de escravidão e extermínio de povos indígenas e afrodescendentes, em exercício contemporâneo da necropolítica. Verdadeiro genocídio de corpos racializados, em condições precárias de vida, perpetrado em geral por instituições de segurança do Estado. Mas também um outro tipo de genocídio, aquele praticado em função do gênero, na secundarização negativa do feminino, como atestam os números alarmantes de feminicídios, apesar das leis institucionalizadas em função das lutas dos movimentos feministas. E o genocídio generi-

ficado resultante da internalização de preconceitos homo/lesbo/transfóbicos sobre os corpos que subvertem as normas da hetero e cisgeneridade compulsórias. Mortes estas que, praticadas geralmente em relações civis diretas, não costumam mobilizar as instituições estatais para sua elucidação e a punição de criminosos. Mortes que ficam impunes, especialmente as mortes de pessoas trans, como acontece nestes tempos em muitos países.

O dossiê “Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019”, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), aponta o assassinato de 124 pessoas transexuais naquele ano, no Brasil. Apesar de ter havido um pequeno decréscimo em relação aos números de 2018, o Brasil continuava como líder no ranking mundial de mortes de pessoas trans, com um assassinato a cada três dias no país. Situação vivenciada em diferentes proporções em outros países da América Latina, com o México ocupando o segundo lugar na contagem destas mortes infringidas com requintes de crueldade (SILVA, 2019), que nos leva a contabilizá-las como resultantes da necropolítica de extermínio de corpos que não importam, os corpos matáveis.

Os filmes relatados neste artigo tratam de sexualidades, de relações amorosas, sociais, questões econômicas, políticas, em tempos em que os estudos das sexualidades dissidentes da norma cisheterossexual eram indiferenciados sob o título de estudos homossexuais e o ódio e discriminações das pessoas que divergiam da sexualidade hegemônica cabiam indistintamente no termo homofobia. Tempos anteriores ao desenvolvimento das teorias *queer* que irromperam nos Estados Unidos e outros países do Norte Global antes de se difundirem nos países do Sul, neles fortemente interseccionadas aos estudos decoloniais. Os estudos *queer*, em que tiveram grande desenvolvimento as reflexões sobre a normatividade heterossexual, já se expressavam nas diferentes formas de artes como, no caso, o cinema.

Por que relacionamos a morte da travesti, personagem de novela publicada na década de 1960 e filmada nos anos 70, em que os estudos de gênero ainda nadavam na chamada segunda onda dos movimentos feministas nos países do Norte, a nossas reflexões sobre questões atuais, fundadas em teorias mais recentes? E o drama do transhomem (ÁVILA, 2014), inspirado em autobiografia escrita e filmada nos anos oitenta (80) em que os estudos críticos das transexualidades eram ainda nascentes e não haviam chegado ao Sul Global? – Porque os assassinatos reais e simbólicos das pessoas trans, após todo o desenvolvimento dos estudos de gênero e sexualidades, com as teorias desconstrucionistas, *queer*, decoloniais, com o questionamento radical que fizeram/fazem dos binarismos que sustentam as desigualdades das sociedades capitalistas patriarcais neoliberais, continuam a acontecer em nossos países, e quantificados nas proporções alarmantes já mencionadas.

A personagem do filme de Ripstein tem uma morte que não difere do genocídio de corpos femininos e de pessoas trans em países como o Brasil e o México (Segato, 2005), com suas vergonhosas estatísticas de violência contra mulheres, transexuais, populações indígenas e negras. No caso de pessoas trans (especialmente as travestis), os assassinatos que costumam ocorrer em contatos diretos com grupos ou pessoas homicidas, são perpetrados com extrema violência. São milhares de Manuelas, Dandaras (+ 2017, Fortaleza, Brasil), Jeniffers (+ 2017, Florianópolis, Brasil), Isabelles e Brunas (+ 2017, Florianópolis, Brasil) (CATTANI, 2020), crimes que, em largas proporções, restam impunes. Corpos matáveis, corpos que não importam.

O filme de Toledo traz um personagem profundamente envolvido com seus conflitos identitários internos, além das condições externas de abandono, sobrevivência e aprisionamento submetido aos abusos de poder e agressões de instituições como a FEBEM no Brasil, que deveria ser um local de respeito aos direitos e de cuidados de menores de idade, sob a proteção

do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Condições externas que não são resolvidas, quando Bauer se depara com as dificuldades de interação social no trabalho, em que é reprimido e não aceito como a pessoa que quer ser. No filme de Toledo, que traz imagens e falas mais centradas na questão identitária da pessoa trans, o personagem Bauer não consegue suportar o apagamento social que lhe é imposto.

Corporificando o epistemicídio...

Para autores como Boaventura Sousa Santos (2004), epistemicídio é compreendido como o desperdício da riqueza imensa de experiências cognitivas de uma série de povos do Sul, entre outros marginalizados. O autor lamenta esse apagamento, posto que a fricção entre as diferentes formas de compreender os mais diversos processos bio-psico-sociais poderia beneficiar a todas as epistemologias envolvidas. Sueli Carneiro (2005) ao usar o conceito de epistemicídio também recorre a Boaventura Sousa Santos (2004), para quem tal processo se constituiu em uma das ferramentas mais efetivas e persistentes na dominação étnico-racial, pela negação do conhecimento dos grupos subalternizados e pela deslegitimação destes enquanto sujeitos produtores de conhecimentos.

Concordamos parcialmente com essas proposições, visto que de fato ainda há uma forte hierarquização dos saberes, que produz apagamento, invisibilização, epistemicídio. No entanto, em nossa perspectiva, há outras importantes questões a serem consideradas e que vão além da mera “negação dos saberes”. Arriscamos dizer que muitos dos saberes negros, indígenas, quilombolas, lésbicos, trans, deficientes, entre outros de posição subalternizada, têm sim tido certa escuta na academia, especialmente nas últimas décadas. No entanto, essa escuta é intensamente afetada pelos lugares de enunciação, ou seja, entram os saberes nos vestibulos acadêmicos, desde que ditos por corpos hegemônicos. Entram os saberes subalternos desde que os corpos subalternos fiquem fora dos espaços institucionalizados de saber.

Assim, a noção de epistemicídio que gostaríamos de discutir reconhece a negação dos saberes subalternos, mas também acreditamos que falar dos saberes e não falar dos corpos é ainda manter a cisão colonial e dicotômica entre corpo e mente. Discutir os saberes é também falar das práticas, dos diferentes corpos em cena. Tomando como exemplo do que estamos refletindo os autores Viveiros de Castro (1996) e Boaventura Sousa Santos (2004), ambos são intelectuais reconhecidos mundialmente por ecoarem, respectivamente, saberes indígenas e saberes do sul global, sendo o primeiro um homem branco e o segundo um europeu, ou seja, ocupam exatamente as posições cuja hegemonia suas teorizações problematizam.

Mencionamo-los como ilustrações, não no sentido de individualizar a crítica, ou de reduzir a imensa contribuição que deram e dão à produção de conhecimento, mas de justamente repensar no quanto essa experiência, como lembra Joan Scott (1999), não diz de uma vivência única, mas de relações que se constroem historicamente. É frequente que saberes feministas, abundantemente enunciados por mulheres, quando ditos por homens cisgêneros só então sejam tratados como grandes e brilhantes descobertas, ignorando-se muitas vezes toda a trajetória que aquelas ideias percorreram. No mesmo sentido, quando a “Ciência” atesta determinados discursos enunciados desde há muito por povos indígenas, aí sim essas contribuições recebem escuta e legitimidade. Enfim, há fartos exemplos desse tipo de colonialidade do saber (GROSFOGUEL, 2013) e o que queremos pontuar é a necessidade de radicalizarmos o conceito de epistemicídio, de um modo que se tenha as diferentes corporalidades de enunciação como centrais, com todas as contradições, paradoxos e conflitos que isso implica.

Nessa mesma linha de análise o teórico pós-colonial Ramón Grosfoguel (2013) tem explicado o modo em que o conhecimento político produzido por outros corpos políticos: lésbicas, trans, gays, *queer*, intersexo, bissexuais, pessoas não binárias, é exterminado ou apagado. Acreditamos que esse conhecimento político não só tem a ver com a sistematização e disseminação do que se conhece como “saberes acadêmicos”, mas com o impedimento de visibilidade de outras configurações existenciais que no seu próprio modo de viver tornam-se saberes localizados (HARAWAY, 2009).

Neste sentido Grosfoguel (2013) analisa os que considera os quatro genocídios/epistemicídios do século XVI, dentre os quais destaca o epistemicídio/genocídio contra mulheres. Mas poderíamos tensionar o argumento de Grosfoguel perguntando: quais mulheres? Na radicalização do conceito de epistemicídio é preciso um olhar interseccional dos apagamentos.

Acreditamos que parte do esforço de desconstruir esse tipo de apagamento se dá em nos situarmos politicamente em nossas enunciações, compreendendo que a pretensão de neutralidade acaba por embranquecer, heterossexualizar e masculinizar os saberes. Escrevemos este texto a várias mãos: negras, indígenas, brancas, cis heterossexuais e não heterossexuais. Como minimização dos efeitos do privilégio cisgênero, que se expressa em outros aspectos na relação de ciscolonialidade (VERGUEIRO, 2015), que tão frequentemente coloca pessoas trans na posição de “objetos de pesquisa” e pessoas cisgêneras como sujeitos pesquisadores, buscamos privilegiar intelectuais trans ao abordarmos temas que concernem às suas vivências (GRIMM, 2016).

A heterossexualidade compulsória como epistemicídio: a necessidade de ir além

Começamos falando sobre as vidas. De vidas de pessoas trans. Para tal, tomamos como referência uma sequência de cenas do filme “Vera”, que descreve a convivência de Bauer no âmbito laboral.

Professor: Eita Bauer, como é que está indo o trabalho?

Bauer: Está legal

Professor: E as pessoas? As pessoas estão te recebendo bem?

Bauer: tem umas pessoas que ficam olhando meio estranho, mas tudo bem, eu não ligo

Professor: Senta aí. Bauer, você tem que compreender que as pessoas estão cheias de preconceitos, provavelmente tem muita gente que preferiria que você não estivesse aqui, você precisa se cuidar e evitar provocações. Seja cautelosa, você está num bom emprego. Não é nada fácil encontrar um lugar melhor que esse aqui” (<https://www.youtube.com/watch?v=UTt-ykdZdQ8> ´ Acesso 13:15-14:09)

Podemos pensar este fragmento do filme a partir das reflexões da Judith Butler (2019) sobre a violência normativa e do caráter relacional das identidades na delimitação de uma zona de exterioridade que, na sua relação com as normas, opera um conjunto de violências que atinge às pessoas dissidentes de gênero. Precisamente a partir do conceito de exterior constitutivo (LACLAU; MOUFFE 2015), é possível entender que as identidades se constroem numa relação de oposição que expulsa a um conjunto de ‘outros’ – tidos como opostos – da esfera de inteligibilidade cultural e política.

Na leitura de Judith Butler (2019) desta ideia de exterior constitutivo, a autora aponta que a configuração de um campo de inteligibilidade cultural pressupõe a aceitação de certas performances de gênero e o repúdio de outras. São estabelecidos assim os critérios acerca de quais sujeitos podem existir na esfera pública e sob quais condições. Nessa operação de limpeza, controle e regulação dos corpos que fogem às normatividades cis/hetero, podemos reconhecer a recorrência à violência de tais regimes. Os olhares insistentes que são direcionados a Bauer e o pedido do professor para se conformar a tais normas, mostra a violência deste regime de inteligibilidade.

Dando continuidade às reflexões sobre o apagamento das existências dissidentes, retomamos Adrienne Rich, quando denuncia o aniquilamento da existência lésbica de boa parte da literatura acadêmica feminista e o modo em que isso se torna mais grave ainda para mulheres negras e lésbicas “pelo duplo viés do racismo e da homofobia” (RICH, 2010, p. 20). Posteriormente a autora nomeia o feixe de forças que viriam a garantir essa invisibilidade. Mesmo que Rich não fale do extermínio material dessas existências lésbicas, nas suas reflexões se encontram subsídios para pensar sobre esta questão para além do apagamento de saberes.

Essas forças incluem, segundo Rich (2010, p. 23) desde “a escravização física literal até a dissimulação e a distorção de opções possíveis”. Esse feixe de forças atua de modo correlacional, ou seja, na medida em que extermina as experiências lésbicas, empenha-se em legitimar, manter e manifestar por diversos meios, o que ela nomeia como poder masculino. Nota-se, assim, o modo em que a norma precisa da produção de uma esfera de abjeção (BUTLER, 2019) para se positivar.

Rich (2010) destaca que o reforço e a validação da heterossexualidade é uma das muitas estratégias usadas para deixar invisível a existência lésbica. Esse deixar invisível implica tanto catalogar a lesbianidade como doença, quanto tratar a existência lésbica como uma excepcionalidade ou um “estilo de vida”, o que de fato não permite que seja qualificada como uma “vida vivível”. Assim, comenta:

E a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem qualquer acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres [...] as lésbicas têm sido destituídas de sua existência política (RICH, 2010, p. 36).

Nesse sentido, parece-nos insuficiente apostar apenas em nomear a “invisibilidade lésbica”, pois talvez o que tenhamos sejam sim visibilidades, mas compostas de maneiras heterossexistas, misóginas. Assim, ao mesmo tempo em que podemos afirmar que o fato de as mulheres lésbicas aparecerem “pouco” em relação a pessoas heterossexuais, sua própria ausência é uma forma de presentificação lesbofóbica.

Apesar de termos ressaltado os pontos de intersecção entre misoginia e lesbofobia na vivência de mulheres trans e cis, é importante ressaltar que “heteronormatividade” não dá conta de nomear todos esses processos. Compreendemos que heterossexualidade compulsória, heteronorma, homofobia, são termos datados historicamente, ou seja, serviram e servem como termos englobadores. No entanto, os movimentos ativistas de lésbicas, bissexuais, de pessoas trans, vêm trazendo uma importante crítica à tendência por vezes apagadora que subjaz em alguns usos dessas categorias, o que acaba por privilegiar apenas alguns tipos de sujeitos. Assim, como comentamos, embora haja pontos de encontro, há também diferenças na forma como as vio-

lências incidem, por exemplo, em uma mulher cis lésbica e em uma mulher trans lésbica, sendo necessário dizermos da transfobia e da cisnorma, e não apenas da lesbofobia ou misoginia.

Intelectuais trans como Viviane Vergueiro (2015) e Raíssa Grimm (2013) nos lembram que a separação sexo-gênero, ainda que tenha tido uma contribuição para a desnaturalização de estereótipos de gênero, é insuficiente do ponto de vista de fissurar a hegemonia cisgênera. Butler (2019), em seus últimos trabalhos neste tema também questiona a necessidade ontológica dessa divisão, que tantas vezes acaba por estabelecer uma dicotomia de verdadeiro e falso, sendo o sexo real, biológico, e o gênero, construído. Laqueur (2001) trouxe uma discussão fundamental acerca disso ao lembrar que o sexo binário é tão construído quanto o gênero. Assim, todos os seres humanos são “biológicos”, dizer que há “mulheres biológicas” para se referir às mulheres cisgêneras acaba por dizer que pessoas trans seriam menos “naturais”, legítimas, o que culmina na deslegitimação de seus corpos (GRIMM, 2016).

No processo de ciscolonialidade (Vergueiro, 2015), pessoas trans são reduzidas à marcação de sua diferença em relação às pessoas cis, não em relações de mútua diferença, mas de hierarquias de gênero. Um exemplo disso é que uma pessoa trans “parecer” cisgênera é tido como elogio, enquanto uma pessoa cis “parecer” com uma pessoa trans frequentemente é tido como ofensa. Nisso notamos que a cisgeneridade se coloca como ponto de partida para as experiências sexo-gênero, o que culmina em uma cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015). A colonialidade recorta os corpos e as singularidades, seja focando apenas na cor das pessoas racializadas, em pedaços dos corpos das mulheres na orientação sexual de lésbicas, bissexuais e homossexuais, na deficiência de pessoas com deficiência, e por aí vai. Na mídia essa colonialidade se expressa, dentre outros aspectos, na medida em que tudo que se pode dizer de uma pessoa trans é sua transexualidade, tudo que se pode dizer de uma personagem lésbica, é sua lesbianidade.

O paradoxo da diferença (Scott, 2002) dependendo da maneira como se organiza, acaba por desumanizar pessoas vulnerabilizadas, tirando-as da possibilidade de viverem seus problemas de maneira humana, como diria Fanon (2008). Assim, uma visibilidade feminista, ao mesmo tempo que não ignora reiteradamente a dimensão da raça, sexualidade, gênero e outros marcadores, não a torna a única narrativa importante de ser pautada. Ainda mais quando temos que a maior parte da visibilidade dessa dimensão sexo-gênero acaba por se basear em discursos negativistas, centrados no sofrimento.

Lesbofobia e machismo contra mulheres trans: algumas análises e cenas cinematográficas

É bastante frequente no senso comum transfóbico, misógeno e heteronormativo que se acredite haver uma certa continuidade e coerência entre os sistemas sexo-gênero-desejo (RUBIN, 2017). Assim como na mitologia cristã Deus teria criado Eva para Adão, a expectativa misógina sobre os corpos das mulheres busca centralizar a existência delas à expectativa deles. Ou seja, no *continuum* heterossexual, as escolhas das mulheres sobre seus próprios corpos - em termos de maquiagem ou não, tipo de roupa, cabelo, peso etc. - estariam sempre em um contexto de pretensa agradabilidade aos homens. Segundo Raíssa Grimm (2013), mulher trans lésbica e pesquisadora, em se tratando de mulheres trans, há ainda o agravante da transfobia, visto que seus corpos são frequentemente tidos como a “evolução” de um homem muito afeinado, aquele que se feminiliza tanto que se tornara “quase mulher”.

Nessa lógica, esse tornar-se mulher também não se dissocia da heteronorma, ou seja, essas “quase mulheres” comporiam seus corpos, desta forma, na suposta tentativa de “enganar” sexualmente homens cisgêneros heterossexuais. Se a expectativa heterossexual se apresenta intensamente sobre a vida de mulheres trans, a quebra desta suposta continuidade do gênero, no caso de mulheres trans, bissexuais ou lésbicas, resulta frequentemente em lesbofobia e bifobia, mutuamente reforçadas pela transfobia. Ou seja, neste imaginário transfóbico e lesbofóbico, é uma afronta que uma mulher trans faça todo uma transição de gênero que não seja em função de se tornar mais atraente a homens cisgêneros heterossexuais. Reafirmamos que tal expectativa, de que os corpos e as vidas das mulheres supostamente estariam em função do desejo dos homens cisgêneros, é a um só tempo transfóbica e misógina com mulheres trans de qualquer orientação sexual, mas que ganha especificidades no caso da lesbianidade (GRIMM, 2013).

Outra intersecção entre lesbofobia e transfobia se dá na noção de insuficiência e falta. Aqui não nos referimos à falta constitutiva como humanos, mas uma falta diretamente relacionada à heteronorma. É comum que escutemos que “algo” falta às relações entre lésbicas cisgêneras, muitas vezes se pensa que esta falta é o pênis. No entanto, em relações lésbicas em que há mulheres trans, ainda faltaria algo, pois, sob nosso ponto de vista não se trata de uma falta material de um órgão, mas de uma falta fálica, simbólica. A falta não dita é a de um homem cisgênero, sem quem mulheres (cis ou trans) jamais estariam completas. Assim, ao mesmo tempo em que na transfobia não se reconhece a identidade de mulheres trans como mulheres, a violência lesbofóbica da “falta” denuncia muito nitidamente o quanto seus corpos não estão sendo tidos como corpos nos quais nada falta (homens cisgêneros).

Como punição simbólica a essas mulheres que ousariam viver sem o que as “completaria”, é frequente que as narrativas sobre lesbianidade tragam destinos dramáticos, ridicularizados, catastróficos. Rogério Junqueira (2012) fala deste processo como parte do que chama de “pedagogia do armário”: um conjunto de práticas, através de diferentes instituições, que visa coagir, constranger e intimidar pessoas LGBT, com vistas a que deixem de ser o que/como são.

A narrativa do filme *Vera* traz um excelente exemplo de opressão e dominação cisgênera. Os personagens transmasculinos, incluindo o protagonista, são representados com um tom de voz caricato, excessivamente afirmativo, hostil e grosseiro, fazendo alusão direta e indireta ao falso pressuposto de que transmasculinidades seriam uma imitação barata de homens cis heterossexuais. Aliás, esta pretensa imitação seria precisamente das masculinidades cis hegemônicas, violentas, visto que o personagem do professor cis que acolhe Bauer, por exemplo, não adota um tom de voz permanentemente irritado, sua masculinidade não é representada como agressiva tal qual a de Bauer é na maior parte do tempo. De modo complementar e com o intuito de causar um contraste moral, as vozes das mulheres cis femininas são representadas de modo misógino e heteronormativo, como doces, gentis, em baixo tom, reforçando o lugar que aloca o masculino no polo opressor e o feminino, no oprimido.

A personagem namorada de Bauer, Clara, embora seja apresentada como alguém que apenas sofre violências, comete uma série de violências transfóbicas contra ele, seja na negação da identidade de Bauer (somos iguais, ela afirma), seja no assédio e coerção sexual a que o submete. Nesta cena, ela argumenta que o fato dela ficar nua no sexo daria a ela o direito sobre o corpo dele, como se o consentimento dela em determinadas práticas devesse significar um assentimento simétrico da parte dele. Ela então o constrange, chantageia (diz que não ficarão mais juntos se ele não se submeter ao que ela exige) e o coage a tirar a blusa. Continua tocando-o mesmo diante dos seus evidentes sinais de constrangimento e desagrado. Quando literalmente foge da situação de abuso, o roteiro do filme ainda o faz pedir desculpas a ela, numa naturalização do abuso transfóbico representado na cena.

Há cenas em que Bauer faz comentários orientados pela norma monogâmica (VASALLO, 2019) à Clara, demonstrando ter ciúme e querer controlar a liberdade dela em criar outros laços, de amizade, inclusive, algo bastante típico da monogamia como forma de relação. Enquanto as violências que Bauer comete são associadas ao fato dele ser trans, várias das violências que ele sofre são narradas de modo a criar uma empatia pelos seus agressores, como se assim agissem fruto de um desconhecimento ingênuo de sua vivência, e não por um exercício de poder cisgênero.

Embora tenha sido lançado há décadas, os discursos transfóbicos e lesbofóbicos do filme são bastante atuais. Um desses eixos está na relação que a cisheterossexualidade faz ao pressupor que quem originalmente se atrai por mulheres são homens cisheteros e como eles em geral o fazem de modo violento, todas as demais pessoas que também se atraem por mulheres estariam irmanadas com a violência machista. Esta aproximação simbólica é uma inversão que coloca perversamente como aliados grupos que em verdade nada têm de pactuados, pelo contrário. Cabe pontuar que a atração e afeto por mulheres não são uma propriedade simbólica de homens cis hétero, de modo que o vínculo entre mulheres e pessoas trans, por exemplo, não existe em função de copiar este suposto gênese de desejo.

Homens cis não são “homens de verdade” porque a cisgeneridade é uma ficção de gênero, com a diferença de que, entre outras ficções possíveis, ela é violenta. Portanto transmasculinidades não são “de mentira”. Clara pergunta a Bauer, em determinado momento, como ele teria conseguido enganar (sic) os pais dela, que o trataram como homem. Ao que ele corajosamente comenta que não enganou ninguém, que as pessoas viram apenas o que ele é.

Em tese de doutoramento em que estuda o cinema LGBTQ exibido no Brasil desde o início dos anos 1980 até a segunda década dos anos 2000, Carlos Frederico B. Pontes (2018) se detém no tema da violência como parte do discurso cinematográfico das homossexualidades masculinas, destacando outra questão que ficou marcada nesta breve análise dos filmes trazidos a este texto: a da masculinidade hegemônica (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 20013). Sobre os filmes que analisou, o autor afirma ter observado um tema

que se entrelaçava de forma recorrente às imagens de violência relacionadas às expressões da sexualidade entre homens gays: a **afirmação da masculinidade hegemônica** e a conseqüente exclusão das dissidentes. Esses enunciados reiterativos de afirmação de uma masculinidade compreendida como viril (e normativa), pronunciados por personagens homo e heterossexuais, têm, para os primeiros, o objetivo de desvinculação do desejo sexual por outro homem com a conseqüente identificação deste desejo à identidade homossexual. Já para os personagens heterossexuais, a reiteração de uma masculinidade viril marca o rechaço a qualquer forma possível de identificação com a homossexualidade, bem como justifica o explícito preconceito e rejeição das masculinidades dissidentes, identificadas socialmente como ‘mais próximas do feminino’’. (PONTES, 2018, p. 135. Grifo do autor).

Faz-se urgente a necessidade de que representações não transfóbicas de pessoas transmasculinas ganhem maior visibilidade, quebrando este longo ciclo de produções como a do filme *Vera*, que apresentam pessoas não conformes ao (cis)gênero como violentas. Enquanto pessoas cis têm o direito humano de viverem seus erros enquanto sujeitos singulares, os erros de pessoas trans são frequentemente tidos como confirmação da profecia autorrealizadora que recai sobre elas.

Considerações finais

Questões comuns marcam as análises dos dois filmes, produzidos em épocas diversas, em diferentes momentos dos estudos homossexuais e trans, com linguagens diferentes e avanços díspares, tanto epistêmicos quanto os referentes à discussão dos direitos humanos das pessoas dissidentes das normatividades cis e heterossexuais. A questão que se impõe quando refletimos sobre esses dois filmes, é a da violência real e simbólica a que as personagens são submetidas. Aparecem, assim, as violências extremadas no genocídio das pessoas trans e seu apagamento simbólico, exposto na trajetória de Bauer fora da instituição, onde não encontra lugar, a não ser que se encaixe no binarismo determinado por uma ordem biológica que o assinalara como mulher.

Nos filmes *El lugar sin límites* e *Vera*, ficam evidenciados os estereótipos dualistas que estão presentes nas relações das personagens com parceiros e parceiras. Estereótipos expressos no conceito de masculinidade hegemônica, que marcou profundamente os estudos das masculinidades desde seu início no campo dos estudos de gênero e que, em sua permanência conservadora, cabe hoje no termo de senso comum masculinidade tóxica. Tanto Manuela, quanto Vera/Bauer, subjetivada/s que foram em valores patriarcais androcêntricos, são representadas nos filmes portando-se, em seus relacionamentos amorosos, conforme esses modelos em que os homens são possessivos e agressivos e as mulheres devem ser frágeis e submissas. Manuela, com poucas defesas em suas relações com homens agressivos, mesmo em suas performances como dançarina e, finalmente, como vítima fatal do homem que não podia suportar em si o desejo que tinha por ela. Bauer, poeta sensível e atento à vulnerabilidade das companheiras, possessivo e dominante nos relacionamentos afetivo/sexuais com mulheres.

Difícilmente algum conceito pode dar conta por si só da complexidade da realidade que se propõe abordar. Pensamos aqui conceitos enquanto ferramentas ético-políticas que buscam operar uma crítica e, ao mesmo tempo, inspirar processos de transformação e emancipação social. Partimos da ideia de que tais conceitos e as análises que eles possibilitam não são neutros, antes bem eles implicam possibilidades de habitar o mundo. Este trabalho revisitou os conceitos de epistemicídio, heterossexualidade compulsória e necropolíticas em diálogo com dois filmes latino-americanos numa proposta de hifenização de saberes, assumindo uma preocupação com os efeitos mortíferos das normas de gênero para as populações trans. As cenas dos filmes selecionadas para guiar a nossa análise, serviram para ilustrar o modo como estas existências são percebidas nas margens da inteligibilidade social, autorizando, portanto, seu extermínio.

Entendemos que o aniquilamento de corpos marginalizados, corpos que são considerados matáveis, tais como os de Manuela e Bauer, podem ser pensados numa perspectiva que se distancie da cisão colonial mente- corpo, muitas vezes presente quando se articulam os conceitos de epistemicídio e necropolítica trans de forma separada. Assim, para pensarmos a complexidade que envolve os processos de invisibilização e extermínio simbólico e material das existências trans, apontamos os limites no uso desses conceitos e das suas possibilidades analíticas, quando considerados sem levar em conta as intersecções entre vários marcadores sociais. Insistimos no modo como a filmografia LGBT pode contribuir para representações reducionistas das pessoas trans. Concluímos que tanto a pretensa neutralidade no uso de estes conceitos, como as representações estereotipadas das pessoas trans na mídia são duas faces do mesmo regime colonial de gênero.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 142.
- ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades**: a emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo, n-1 edições, 2019.
- CARNEIRO Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996. **FapUNIFESP**. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93131996000200005>.
- CATTANI, Daian. **Corpos em Aliança**: as lutas LGBT em Chapecó/SC. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.
- CONNELL, Robert/Raewyn e MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n.1, 2013. p. 241-282.
- FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva - Coleção Debates, 1974.
- GRIMM, Raíssa Eris. O que é ser uma mulher? **Blog Transfeminismo**, 2013. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-ser-uma-mulher/> Acessado em 18/04/2021.
- GRIMM, Raíssa Eris. A violência cisgênera e suas hierarquias. **Blog Transfeminismo**, 2016. Disponível em: <https://transfeminismo.com/a-violencia-cisgenera-e-suas-hierarquias/> Acessado em 18/04/2021.
- GROSGUÉL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. **Tábula Rasa**, v. 1, n. 19, 2013, p. 31-58,
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Pagu**, Campinas, v,3, p.7-41, 2009.
- HERZER, Anderson. **A Queda para o Alto**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- INGENSCHAY, Dieter. Visualizaciones del deseo homosexual en el lugar sin límites de Arturo Ripstein. **Secuencias: Revista de Historia del Cine**, no 34, 2011, p. 73-87.
- JUNQUEIRA, Rogério. “Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar”. In: Miskolci, Richard & Pelúcio, Larrisa. (Orgs.). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, p. 1- 25, 2012.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAQUEUR, Thomas. **A invenção do sexo**. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011.

LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender**. Indiana: University Press, 1987.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, João Manuel. Os feminismos habitam espaços hifenizados: a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **ex-aequo**, vol. 1, n. 22, p. 25-39, 2010.

OYĒWŪMÍ, Oyèronké. **La invención de las mujeres**: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: Editorial En La Frontera, 2017.

PONTES, Carlos Frederico. **Cinema LGBTQ exibido no Brasil**: discursos, temáticas e tendências. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, vol. 4, no 5, 2010, p. 18-44.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, no 28, 2007, p. 19-54.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n.2, 2005, p. 265-285.

SCOTT, Joan. "Experiência: tornando-se visível". In: Silva, Alcione Leite da; Lago, Mara Coelho de Souza & Ramos, Tânia Regina Oliveira. (Orgs.). **Falas de Gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 1-23.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio Antonio Funk. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

VASALLO, Brigitte. **Pensamiento monógamo**. Terror poliamoroso. Madrid: La oveja roja, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. **Sou travestis**: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. Brasília: Padê Editorial, 2018. WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Editorial EGALES, 1992.